

# A EVOLUÇÃO DA PALAVRA ESCRITA E O ACESSO ÀS NOVAS FORMAS DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDO

THE EVOLUTION OF THE WRITTEN WORD AND THE ACCESS TO NEW FORMS OF CONSTRUCTION OF MEANING

**Alessandro Rasteli**

**Resumo:** Reflete sobre a evolução dos suportes de escrita e as novas formas de construção de sentido que decorrem das novas tipologias textuais digitais. Descreve também as implicações da democratização ao acesso às informações impressas e digitais nas bibliotecas brasileiras. Nas mudanças relativas à modernização do suporte material da escrita, avalia-se que a revolução da imprensa foi de fundamental importância para a difusão cultural. A metodologia utilizada para este ensaio foi a descritiva e exploratória, de cunho teórico. Historicamente, o acesso à palavra escrita sempre esteve definido pela classe dominante e poder aquisitivo, sendo a sua democratização detida em ordens diversas: econômica, religiosa, cultural, educacional. O acesso às informações não se mostrou relevante para a elite governamental, cuja nova ordem indica a necessidade de investimentos em políticas públicas para a educação e cultura, objetivando na diminuição das desigualdades sociais e das formas de dominação que foram determinadas ao longo da história da civilização.

**Palavras-chave:** História do livro; Gêneros textuais digitais; Leitura e novas tecnologias; Leitura e biblioteca.

**Abstract:** Reflects on the evolution of the written media and new forms of construction of meaning that arise from new digital text types. It also describes the implications of the democratization of access to print and digital information in Brazilian libraries. In the changes on the modernization of written material media, it is evaluated that the print revolution was of fundamental importance to cultural diffusion. The methodology used for this study was descriptive and exploratory, of theoretical nature. Historically, access to the written word have always been defined by the ruling class and purchasing power, and its democratization occurs in different orders: economic, religious, cultural, educational. Access to information was not relevant to the ruling elite, whose new order indicates the need for investment in public policies for education and culture, aiming at the reduction of social inequalities and forms of domination that were determined throughout the history of civilization.

**Keywords:** Book history; Digital text genres; Reading and new technologies; Reading and library

## **Introdução**

O livro não esteve apenas na base do processo de apropriação do conhecimento, do público da leitura e suas práticas. Sua multiplicação alterou substancialmente exercícios no convívio e no relacionamento sensorial com a palavra escrita, originando fenômenos culturais e políticos mais amplos. Admitem-se as relações entre o livro, o desenvolvimento das culturas, não considerando apenas uma questão intelectual, destacando-se que os seus aspectos mais salientes incide no industrial e econômico.

Contextualizar a leitura conduz a refletir em questões de poder, de ideologias, de relações sociais, culturais e econômicas, possibilitando para o leitor uma múltipla significação em seu processo de apreensão na construção de seu conhecimento.

Torna-se, assim, inseparável abordar o livro sem mencionar o ato de ler, percebendo que o leitor contemporâneo constrói significados diante dos signos verbais. A produção simbólica de cada leitor, cada espectador, cada ouvinte, produz uma apropriação inventiva da obra, do texto ou da linguagem que recebe. Reconhecida como atividade significativa, o estudo da leitura leva em consideração a participação do indivíduo enquanto possuidor de uma história individual e singular em seu processo de apreensão cultural.

Nessa tônica, desde a revolução industrial, eletrônica, informática e digital, as linguagens estão sempre se multiplicando e se proliferando vastamente, independente dos diferentes suportes, meios e canais que as veiculam. Nota-se que o desenvolvimento das memórias artificiais e das linguagens expressivas ao longo da história criou diferentes modalidades de recepção, nessa vertente, na apropriação do conhecimento está a ocorrência em perceber os vários suportes informacionais e as múltiplas linguagens que circulam nas esferas comunicacionais. O livro, considerando os seus vários suportes materiais, representa uma tecnologia que por muitos anos foi o principal meio para o armazenamento e a transmissão de informações. Como um dos suportes para a linguagem escrita, ele tem evoluído constantemente em seus formatos para adequar-se a uma sociedade cada vez mais veloz e aderente aos recursos tecnológicos.

Diante da proliferação cada vez maior da imaterialidade do texto eletrônico no mundo contemporâneo torna-se emergente indagar: quais as relações que se podem estabelecer entre os livros impressos, os digitais e as bibliotecas brasileiras nessa era denominada de sociedade da informação?

Assim, o objetivo do trabalho está em refletir sobre a evolução do livro, as novas formas de construção de sentido que das tipologias textuais digitais decorrem, junto às implicações da democratização ao acesso às informações impressas e digitais nas bibliotecas brasileiras.

### ***A evolução dos suportes da escrita***

Nos primórdios da civilização o homem para se expressar utilizou-se de vários sistemas de escritas, como a pictográfica (pintura rupestre), e a escrita ideográfica (caracteres cuneiformes e hieróglifos). Essas foram as primeiras representações informacionais produzidas pelo homem, aproximadamente no século XI a.C.

Estima-se que os reis assírios tinham as suas bibliotecas, bem como os sumérios e babilônios. Nessa etapa civilizatória, o homem se valeu de placas de argila ou pedras para registrar o conhecimento, também conhecidas como tabletas, gravando nelas as inscrições cuneiformes. Através de achados arqueológicos, foram encontradas em Nínive (atual região do Iraque), cerca de 22 mil placas, permanecidas ali desde o século VII a.C. Martins (2001) nos diz que a evolução da sociedade conduziu a escrita para o fonetismo, único sistema que a aproxima de sua função natural que é a língua falada. O desenvolvimento do ser humano em suas habilidades e criações permitiu a substituição desses suportes por materiais cada vez mais práticos e flexíveis, buscando o aprimoramento em tecnologias, evidentemente referentes às suas épocas, oriundos do reino vegetal e animal.

Porém, o mais célebre de todos os produtos vegetais empregados na escrita foi o papiro, dada a importância histórica em si mesmo e pelos textos que conteve (MARTINS, 2001). Estima-se que os mais antigos papiros datam de 3.500 anos a.C., constatando que vários museus e bibliotecas conservam exemplares originários de escavações arqueológicas como o Museu do Louvre, na França, e em outros espaços informacionais na Europa.

Por volta do ano 700 a.C. adveio um importante invento na Grécia: o alfabeto. Tornava-se assim possível o preenchimento da lacuna entre o discurso oral e escrito. Esse momento histórico foi preparado ao longo de aproximadamente três mil anos de evolução da tradição oral e da comunicação não alfabética (CASTELLS, 2003). No entanto, a alfabetização apenas difundiu-se muitos séculos mais tarde, após a invenção e difusão da imprensa juntamente com a fabricação do papel.

No entanto, as dificuldades ao acesso dos registros escritos mostraram-se difíceis desde os tempos ancestrais. Sobre a história universal da destruição dos livros, Báez (2009:97) descreve que em 181 a.C. “o formato dos livros se manteve em Roma, isto é, continuaram o rolo de papiro e o pergaminho, mas a tenaz atividade destrutiva também continuou”.

Contudo, o livro propriamente dito é, na Antiguidade clássica, um *volumen*, ou seja, um rolo. O *volumen* era fabricado a partir de tiras de papiro (o *Cyperus papyrus*), vegetação encontrada em abundância no vale do Nilo. Posteriormente, o papiro foi substituído pelo pergaminho, material de origem animal extraído do couro de mamíferos e, até em alguns episódios da história, da pele humana: “ao que parece, no período do Terror, na Revolução Francesa, curtiram-se muitas peles humanas, para os mais diversos fins, como *culottes*, botas, chinelas e livros” (MARTINS, 2001:64).

Do pergaminho construiu-se o *códex*, ou o livro dobrado e encadernado. Para Barbier (2008) a generalização do *códex* data apenas dos séculos III e IV: a pele de carneiro era preparada para servir de suporte à escrita, depois, uma vez copiado o texto, ela era dobrada uma ou duas vezes para constituir um caderno.

Os grandes fabricantes de pergaminho na Idade Média foram os mosteiros. No século XII, um dos principais ofícios nos conventos era o de *pergamenarius*, sujeito encarregado de preparar para os copistas, o suporte para a escrita. As peles podiam ser enroladas como o papiro, passando a ser recortadas e unidas numa margem, formando um objeto mais próximo da forma do livro que conhecemos hoje.

Escarpit (1976) aponta que na Idade Média a importância do livro (*códex*) era de tal forma que não existia ofício de mais mérito que o de copiar ou ilustrar com iluminuras ou miniaturas um manuscrito. Nota-se que, também neste período, o registro do pensamento era significado pela Igreja Católica como mistérios ou maus livros, carregados de poderes maléficos para a sociedade, a que tinham acesso somente uma parte dos religiosos ou dos que eram considerados indivíduos sagrados. As origens radicais do Cristianismo remetem-se a perseguição por todos os que não aceitavam a doutrina de um Cristo divinizado. A feroz perseguição da Igreja Católica combatendo os hereges dava-se nos vários domínios do conhecimento: astronomia, geometria, música, filosofia e outras áreas. Nesse aspecto Báez ressalta que:

Houve um momento em que todo o continente europeu ficou literalmente sem bibliotecas. Amiano Marcelino, no século IV, foi o testemunho

privilegiado que escreveu: “[...] As bibliotecas estavam fechadas como sepulcros perpétuos [...]” (BÁEZ, 2009:121).

Observa-se que até meados da década de 1450, só era possível a reprodução de um texto copiando-o à mão e, mesmo com a revolução oportunizada pela imprensa, a cultura do manuscrito perdurou até o século XVIII, e até mesmo o XIX. Segundo Chartier (1999), para os textos proibidos pela Igreja Católica, cuja existência deveria permanecer secreta, a cópia manuscrita continuava sendo a regra.

Durante o vasto período compreendido como Idade Média (século V até o XV), o livro foi um bem cultural eminentemente e exclusivamente monástico. Para Martins (2001:100) “a Idade Média consagra a substituição do *rolo* pelo *códex*, da mesma forma por que substitui o papiro pelo pergaminho e, já na transição para a Renascença, o pergaminho pelo papel”.

Somente a partir do século XIV novas camadas da sociedade principiam a ter acesso aos materiais escritos. Os novos leitores eram os nobres, burgueses, mercadores e magistrados, que além de almejar obras técnicas, queriam dispor de livros de distração, de imaginação e de romance.

Martins (2001) observa que em vários autores há a indicação de Johann Genfleischzur Laden, conhecido como Gutenberg, como personagem principal responsável pela invenção da tipografia em caracteres móveis. Todavia, um dos maiores méritos de Gutenberg deve-se ao fato de ter contribuído na abertura do caminho para a grande imprensa. Martins (2001) percebe que não só as conjunturas em que ocorreu a invenção da tipografia são obscuras e confusas, como a própria vida de Gutenberg ainda permanece em grande parte envolta em mistério. Guedes (2001) também estabelece outros nomes prováveis para os inventores da imprensa, citando Fust, Schoeffer, ou ainda Coster ou Waldvogel.

De qualquer maneira, Logan (2012) diz que a invenção da imprensa provocou uma explosão no número de livros produzidos e uma revolução na cultura, levando à Reforma, à literatura (nacional, pura, genuína), ao nacionalismo e à revolução científica.

Escarpit (1976) dialoga que a grande literatura europeia dos séculos XVI, XVII e XVIII, da qual o livro impresso era veículo e base, somente era distribuída dentro de um círculo social muito restrito. O valor do livro na Europa Ocidental mantinha-se acessível exclusivamente à burguesia abastada, mas não às classes médias e trabalhadoras. Quando as classes ditas mais baixas não eram analfabetas, apenas dispunham de publicações mais efêmeras como notícias do dia, narrações em versos, almanaques e opúsculos.

No final da Idade Média, a importância do papel cresceu com a expansão do comércio europeu tornando-se um produto essencial para a administração pública e para a divulgação literária. A propagação das universidades também acelerou a produção dos manuscritos. Mesmo assim, nas bibliotecas estudantis onde as obras poderiam ser consultadas, os volumes mais utilizados permaneciam acorrentados, situação essa, de acordo com Milanesi (1998), alterada pela Revolução Francesa, que tirou os livros das mãos dos nobres colocando-os à disposição da maioria.

No fim do século XVII e durante o século XVIII surgem os primeiros livros para crianças. Zilberman (1994:13) relata que “antes disso, não se escrevia para elas, porque não existia

a infância”. Essa afirmação deve-se ao fato de que a concepção de uma faixa etária diferenciada, com interesses próprios e necessidades de formação específica, aliada a uma nova concepção de família, só aconteceria em meio à Idade Moderna.

A prensa metálica, a prensa de rolos e a pedal, a prensa mecânica a vapor, foram as técnicas na editoração impulsionadas pela Revolução Industrial. A partir disso, inicia-se a era das grandes tiragens, dos livros de bolso, das enciclopédias e das edições de luxo.

No Brasil, dados históricos sobre a introdução da imprensa ainda são confusos e obscuros, necessitando de esclarecimentos maiores, como destaca Moraes (2006). A primeira tipografia de que se tem notícia, segundo Martins (2001) foi instalada pela Academia dos Seletos, possivelmente por volta de 1752, infelizmente com pouca duração, que por ordem do governo da metrópole fora destruída e queimada para que não se propagassem ideias contrárias ao regime colonial.

A instalação de uma imprensa oficial no país, a Imprensa Régia, deu-se somente em 1808, por D. João. Essa imprensa não corresponde, portanto, a liberdade de disseminação de pensamentos, ao contrário, ela serviu para cerceá-la. É evidente que o rigor empregado na censura da expressão escrita dificultava a vinda ao Brasil de livros e jornais tidos como subversivos, mas não conseguiu de fato impedir a propagação de notícias acerca das transformações que ocorriam na Europa e na América do Norte por intermédio do contrabando.

No início do século XX, após a primeira Guerra Mundial, a cultura dos meios de comunicação de massa se firma e difunde cada vez mais informações, matérias artísticas, entretenimentos - como a rádio, o cinema e posteriormente a televisão. Nesse aspecto, Escarpit (1976) diz que a televisão, penetrando nos lares, consegue impor as mais altas manifestações artísticas em locais onde o analfabetismo, a ignorância e a miséria tinham impedido o livro de se fixar. Castells (2003) determina que esse modo predominante de comunicação através da televisão, ou grande mídia, é a consequência do instinto básico de uma plateia preguiçosa.

Na Europa, a organização alemã para o livro, que inclui também escolas de formação de livreiros, fez desse país o líder absoluto da produção editorial na entrada do século XX. Lá também se desenvolveram instrumentos fundamentais do comércio de livros, como os catálogos centrais detalhados, que segundo Teixeira Coelho (2012:261) “ainda hoje inexistentes no Brasil e que se constituem em pilares de uma verdadeira cultura bibliográfica”.

Aspectos relevantes como esses atribuíram ao livreiro, na Alemanha, talvez mais do que em outros países europeus e sem dúvida americanos, um prestígio cultural e social ímpar:

*Esse papel destacado do livro e do livreiro na Alemanha deve ser visto sobre o pano de fundo de uma formação intelectual da qual são bases sólidas o próprio livro, a prática da leitura e a frequência a bibliotecas numerosas e com boas coleções (COELHO, 2012:261).*

Em terras brasileiras, inversamente, constatam-se problemas vários em relação às práticas da leitura, às bibliotecas e suas coleções e ainda, de modo significativo, problemas referentes a circulação do próprio livro como bem de cultura e produto econômico.

Salienta-se que o Brasil compõe os dez países com maior índice de analfabetos, segundo dados do 11<sup>o</sup>. *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos* (UNESCO, 2014). O estudo que avalia a situação em 150 países relata que ainda se tem 12,9 milhões de analfabetos brasileiros com 15 anos ou mais. Assim, o país ocupa a oitava posição no mundo com maior taxa de analfabetismo entre adultos.

Para Silva (2003), o brasileiro em geral não lê, sendo que a leitura não é algo presente em seu cotidiano. Os estudantes, por sua vez, só realizam leituras como atividade escolar obrigatória e poucos o fazem com prazer. O problema atinge grande parte da sociedade, e deve cada vez mais ser discutido por quem pode ajudar a resolvê-lo: professores, bibliotecários e poderes público e privado embasando-se em políticas culturais eficazes.

Questões envolvendo o livro e as tecnologias irão cada vez mais suscitar debates e reflexões durante o final do século XX e início do XXI, já que o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC) implica cada vez mais nas práticas de leitura, de escrita e nas novas formas de construção de sentidos através das tipologias textuais digitais.

### ***As tecnologias e as novas formas de construção de sentido***

“A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados”  
(CHARTIER, 1999).

A vida cultural moderna a partir do século XX apresentou um grande desenvolvimento, tornando a tecnologia pós-impressão cada vez mais possível. Em decorrência disso, surgiram suportes e linguagens de natureza vária, o que fez assumir a representação da informação em múltiplas formas.

A introdução da escrita nos ambientes em que ela floresceu conduziu uma parcela da sociedade para uma cultura letrada. Atualmente, de igual modo, a introdução da escrita eletrônica, pela sua importância, está conduzindo a uma cultura eletrônica, como uma nova economia da escrita (MARCUSCHI e XAVIER, 2010).

Novas maneiras de pensar, de conviver, estão sendo elaboradas no universo das telecomunicações e da informática. As práticas de leitura, escrita e aprendizagens podem ser apreendidas por tecnologias cada vez mais avançadas e velozes, fatores que para Marcuschi e Xavier (2010), também têm contribuído para tornar as sociedades letradas cada vez mais complexas.

Observa-se que várias expressões se tornaram usuais para designar as práticas sociais de leitura e escrita circunscritas ao fenômeno informacional e tecnológico em que a sociedade contemporânea se apresenta: *letramento digital* (SOARES, 2002); *competência em informação* (BELLUZZO, 2007); *competência informacional e letramento informacional* (CAMPHELLO, 2003); *alfabetização informacional e habilidades informacionais* (CAREGNATO, 2000). Ressalta-se que a tradução e a interpretação dessas expressões remetem ao termo em inglês *information literacy*.

O conceito de *information literacy* engloba as diversas gamas de competências em informação e comunicação necessárias para a construção do conhecimento. No mais, ao considerar que as informações são estruturas significantes que, plasmadas num suporte e,

se significadas pelos sujeitos eclodem em conhecimento, também se aproximam os argumentos de Dudziak (2003) ao relatar que o conceito de competência em informação está ligado ao aprendizado e à capacidade de criar significados a partir da informação.

Nessa vertente, o texto em qual formato estiver, torna-se espaço significante, lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade. O texto, como todo objeto simbólico, ele é objeto de interpretação (ORLANDI, 2005).

O significado não se esconde no texto à espera do leitor o decifrar, compreender ou resgatar, uma vez que o significado é produzido pelo leitor. Na leitura, os significados são traduzidos de acordo com o repertório linguístico, semântico e cultural de cada um, representando algumas das inúmeras possibilidades interpretativas dos signos verbais.

A cultura digital trouxe amplas mudanças nos comportamentos sociais. As formas de comunicação, de armazenamento e de transformação da informação multiplicaram-se em diferentes tipos de registros e de códigos manipuláveis em distintos suportes informatizados.

Nesse prospecto, a leitura em tela pode ser feita através de computadores, aparelhos celulares, *e-reader* (leitor de livro digital), aparelhos que reproduzem arquivos digitais de áudio e vídeo (MP's) e *tablets*.

Nessa vertente, o discurso eletrônico mediado pelas tecnologias gera ambientes e meios novos como os gêneros textuais digitais: *e-mail*; bate papo virtual (aberto ou reservado); videoconferência interativa; lista de discussão; endereço eletrônico; *weblog*; aulas virtuais.

Evidencia-se, portanto, a leitura enquanto processo de apreensão cultural em qualquer tipologia textual. A compreensão dessa nova ordem remete-nos a seres essencialmente interpretantes, instaurando em verificar que as características e peculiaridades do texto digital, enquanto economia de leitura/escrita revolucionária não desmerece o posto de relevância do livro impresso. Logan (2012) empreende que não se deve acreditar no fim do livro impresso. Mesmo com a crescente popularidade das novas tecnologias digitais, como os *e-books*, os impressos sobreviverão.

### ***A sociedade da informação e as bibliotecas***

Após tanto tempo da revolução da palavra impressa, expressiva parte da população da América Latina e do Caribe, ainda hoje, não tem acesso aos livros e as bibliotecas (SUAIDEN, s./d.)<sup>1</sup>. Nessa configuração, essas populações se valem das informações orais, pois devido ao analfabetismo e principalmente a baixa qualidade do ensino, não se pode ler e, principalmente, interpretar a informação bibliográfica.

A oralidade da informação, por sua vez, suscita mais vazão a manipulação e desinformação, uma vez que essas populações não conseguem avaliar a informação oral, criando um processo de dependência dessa linguagem, veiculadas principalmente pela

---

<sup>1</sup> Disponível em: [http://iibi.unam.mx/publicaciones/19/tendencias\\_alfabetiacion\\_informativa-a%20alfabetizacao%20informatica%20e%20a%20inlucao%20-%20emir%20jose%20suaiden.html](http://iibi.unam.mx/publicaciones/19/tendencias_alfabetiacion_informativa-a%20alfabetizacao%20informatica%20e%20a%20inlucao%20-%20emir%20jose%20suaiden.html).

televisão e a rádio. O indivíduo que é dependente informacional jamais será um produtor de informação, pois não saberá apropriar-se devidamente das informações construindo significados.

Entre os vários motivos que se podem alegar, situam-se principalmente a ausência de políticas culturais públicas, as práticas pedagógicas nas escolas e a falta de infraestrutura informacional, atingindo as bibliotecas infanto-juvenis, escolares e públicas.

Na sociedade industrial as bibliotecas não puderam participar da agenda do governo e muito menos criar uma política de informação, cultura e artes, uma vez que a informação nunca foi vista como insumo de transformação, já que os bens eram gerados pela produção de bens e serviços. De tal modo, os espaços informacionais dedicaram-se aos trabalhos com as metodologias quantitativas: número de usuários, número de consultas, número de empréstimos domiciliares, exercendo paradigmas físico, patrimonialista e tecnicista.

Já na chamada sociedade da informação o desenvolvimento social pode ser propiciado pela produção do conhecimento facilitado pelo acesso às informações plasmadas em qualquer suporte e linguagem informacional. A apropriação das informações para a construção do conhecimento também significa a geração de empregos e renda, o que provocaria a melhoria da qualidade de vida.

O adiantamento de países da América Latina e do Caribe depende cada vez mais de perspectivas de gerar conhecimento e competências necessárias para impulsionar a inovação econômica e social, assim como para adicionar seu efeito no crescimento econômico, na inclusão social e digital e sustentabilidade ambiental.

Ao considerar as faixas populacionais de menor poder aquisitivo, somente 14% dos brasileiros das classes sociais D e E são usuários de *internet*, sendo que entre estes usuários, 69% acessa a rede em centros públicos de acesso a tecnologia. O principal motivo que impede boa parte dos brasileiros de acessar a *internet* é o alto custo dos equipamentos e da conexão à rede (FUNDAÇÃO PENSAMENTO DIGITAL, 2013).

Retifica-se que noções de cidadania, de direitos e deveres, assim como maiores oportunidades na educação, no desenvolvimento cultural, profissional e participação social digital dependem cada vez mais da democratização do acesso às tecnologias digitais.

Pressupõe-se que a sociedade da informação possa ser caracterizada pela partilha de dados e pelo acesso à informação, onde existirá a comunicação realizada com maior velocidade e facilidade. Porém, refletir sobre a sociedade da informação implica em delinear alguns aspectos: os custos de acesso aos meios de comunicação são ainda elevados; dificuldades para os indivíduos com poucos rendimentos ou com pouca instrução para utilizar as TIC plenamente (por não serem alfabetizados ou serem analfabetos funcionais); pessoas com mais idade que não acompanharam desde cedo as novas tecnologias e não fazem ideia de como fazer uso delas.

De maneira indelével, vive-se em tempos marcados pelo alto fluxo de informações, tanto impressas como no ciberespaço, mas não no que diz respeito à democratização e acessibilidade desses conteúdos. Nesse sentido, Almeida Júnior (2009) argumenta não existir a chamada sociedade do conhecimento ou sociedade da informação.



Suaíden (2000) apregoa existir um crescimento da literatura sobre sociedade da informação, mas, na verdade, não há um crescimento do acesso à informação. Ainda que no final da década de 1980, especialistas tenham afirmado que a sociedade da informação seria uma sociedade voltada para o compartilhamento dos recursos e para o bem-estar social, verifica-se atualmente que as desigualdades estão aumentando e os donos do poder são os donos dos meios de comunicação.

Historicamente o acesso à informação no Brasil sempre foi definido pelo poder aquisitivo, corroborando que a educação e a cultura nunca foram prioridades das elites dominantes, haja vista a ausência de investimentos nas escolas públicas. Ainda não faz parte da cultura na educação brasileira aliar à biblioteca escolar a sala de aula, como também a implantação de programas de letramento informacional, resultando num trabalho interdisciplinar entre os componentes curriculares.

Num retrospecto, a partir do século XIX, a iniciativa para a criação de bibliotecas decorre dos governos estaduais. Em se tratando de locais improvisados, acervos desatualizados, composto de doações (atualmente, muitas bibliotecas públicas vivem de doações daqueles que querem se livrar de materiais bibliográficos desatualizados, considerados entulhos).

A imagem da biblioteca pública desde esse período passou a ser vista de forma negativa, cujas afirmações eram de que se tratava de locais de castigo ou para uma pequena elite composta de eruditos. Até pouco tempo atrás alguns comentavam que, se um sujeito lesse muito, poderia acabar “atrapalhado das ideias”. Para uma cultura que dissemina tal noção da aquisição da palavra escrita, possa até parecer compreensível os índices relevantes de analfabetismo.

Em tempos onde as oportunidades de educação, desenvolvimento profissional e participação social dependem do acesso a *internet*, a ausência deste acesso significa a falta de oportunidades.

O uso de tecnologia na gestão das bibliotecas públicas foi um dos focos do estudo *Uso de tecnologias da informação e comunicação em bibliotecas públicas do Brasil*, realizado em 2013. A pesquisa foi promovida pela Fundação Pensamento Digital juntamente com a Fundação Bill e Melinda Gates e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Compuseram a amostra da pesquisa bibliotecas da Bahia (Salvador e Itaparica), Rio Grande do Sul (Tramandaí e Porto Alegre), Estado de São Paulo (Guarulhos, Piracicaba e São Paulo capital) e Acre (Xapuri, Rio Branco, Porto Acre e Epitaciolândia).

A pesquisa apontou que a informatização do catálogo do acervo das bibliotecas e o uso de redes sociais e *blogs* para divulgação do programa (agenda) das bibliotecas foram identificados como os serviços de tecnologia mais significativos que as bibliotecas podem oferecer aos seus usuários.

Além disso, a pesquisa constatou que publicar o catálogo informatizado na *internet* possibilitando a consulta e disponibilidade de uma obra a partir de suas casas ou qualquer outro ponto de acesso à *internet* é privilégio de poucas bibliotecas públicas pesquisadas.

O acesso a *internet* é um serviço considerado ainda mais relevante em cidades pequenas com menos oportunidade de acesso à rede. É o caso de Epitaciolândia, região de fronteira com Bolívia, e da cidade de Xapuri, terra de Xico Mendes e local histórico de resistência

dos seringueiros ao desmatamento através dos empates: ambas bibliotecas são procuradas pelo acesso a *internet* (FUNDAÇÃO PENSAMENTO DIGITAL, 2013).

Quanto ao uso da rede foi identificado que as bibliotecas pesquisadas não estão integrando a tecnologia na maior parte de suas atividades ou funções. O acesso aos computadores e *internet* é quase sempre feito de forma independente por parte dos usuários, sendo que as bibliotecas não oferecem capacitações por meio de oficinas. Em decorrência, o panorama das bibliotecas públicas ou escolares brasileiras gera conflitos e angústias para os profissionais de informação e para aqueles que dependem de seus serviços. Seus acervos físicos muitas vezes são obsoletos (pela ausência de investimentos na aquisição de materiais bibliográficos); os equipamentos informáticos disponíveis aos leitores quando não inexistentes, sofrem pela falta de manutenção; em muitas, no quadro de funcionários não consta o bibliotecário, nas escolas professores readaptados são destinados aos locais denominados de Salas de Leitura, que, na verdade, muitas vezes são apenas locais para projeções de vídeos e reuniões do corpo docente. Outras funções haveriam de ser dadas aos professores readaptados, já que esses docentes, além de não possuírem formação específica para gerir esses espaços informacionais, acabam assumindo os espaços de atuação dos profissionais da informação.

Longe de se adequarem para interagirem numa cultural informacional e digital, essas bibliotecas não fazem sentido para a sociedade e muitos menos ao corpo estudantil, resultando em repositórios estanques, sem a menor perspectiva de se efetivarem práticas inclusivas de leitura e escrita e de mediações da informação e leitura.

Na perspectiva de bibliotecas digitais, o Decreto nº 5.622, de 9 de novembro de 2005 estabelece que devem ser oferecidas bibliotecas adequadas, com acervo *on-line* que atendam a seus estudantes. Em uma avaliação preliminar, Reck (2010), constatou que *sites* de bibliotecas digitais de Universidades públicas brasileiras não atendem totalmente às recomendações de acessibilidade do Governo Federal. Sinteticamente, o cenário nacional das bibliotecas públicas é destacado por autores como Miranda (1978), Suaiden (2000), Olinto (2010) e Targino (2010) como:

- a) Políticas com foco excessivo na preservação do material bibliográfico, faltando diagnosticar motivações e necessidades da comunidade para definir conteúdo, serviços e aplicações relevantes para os diversos públicos locais;
- b) Bibliotecários não recebem formação para trabalhar como agente e mediador social, com formação focada na organização e preservação do material;
- c) Carência de infraestrutura: bibliotecas sem belezas, necessitando de reformas prediais, renovação de mobiliários, livros velhos compondo um ambiente que não atrai usuários;
- d) A biblioteca pública não é integrada à rotina do povo brasileiro, tornando-se muitas vezes invisível;
- e) Serviços e ações culturais são limitados.

O desempenho das bibliotecas neste início de século XXI seria de suma importância para a cultura escrita e digital, que além do acervo físico de qualidade, poderia permitir o acesso a computadores em rede, disponibilizar acervos digitais, proporcionar consultas

aos catálogos digitais (*OPACs*), realizar programas de mediação da leitura em vários suportes e linguagens e a efetivação de acesso, produção e circulação de amplas manifestações artísticas.

Nesta contemporaneidade, a biblioteca precisa oferecer desde livros impressos a *e-books*, mas não basta apenas isso: várias ações carecem ser desenvolvidas, como a *Advocacy*. Pessoas que advogam em causa da biblioteca atuam de modo planejado e estratégico em função da melhoria dos espaços informacionais junto aos poderes público e privado para que se avancem cada vez mais na alfabetização, democratização e apropriação das informações.

Ao articular sobre a cultura eletrônica podem-se trazer à tona questões relevantes sobre o futuro do livro impresso. O livro continua a evoluir enquanto novos meios para distribuir os textos são desenvolvidos. Quando a sociedade letrada realizou a transformação dos manuscritos para os livros impressos, houve uma explosão de variedade e escolha na medida em que foi muito fácil produzir um livro com várias cópias que puderam ser facilmente transportadas. Na conclusão de Logan (2012), uma explosão semelhante está ocorrendo com as “novas mídias” pela facilidade com que produtos de mídia, seja texto, áudio ou vídeo, podem ser duplicados e transmitidos.

Para Darnton (2010), a melhor defesa que pode ser feita em relação aos *e-books* tem relação com a publicação acadêmica, não em todos os campos, mas num número considerável de áreas das ciências humanas e sociais onde se tornou proibitivamente caro produzir monografias convencionais.

Logan (2012) admite que o livro está vivo e está bem, e sobreviverá ao ataque das mídias digitais. No entanto, o autor faz ponderações: a eletrificação e depois a digitalização da informação resultaram em novos padrões de uso da informação.

O tempo gasto com livros pode diminuir, mas o tempo gasto na leitura pode realmente aumentar considerando-se toda a leitura envolvida em “novas mídias” com o uso da *web*, dos *blogs*, textos de *e-mail*, mensagens, mensagens instantâneas e leitura de texto associado a jogos eletrônicos (LOGAN, 2012:229).

Em última análise, as mídias digitais estimulam ainda mais a escrita e a leitura, já que um dos aspectos essenciais da mídia virtual é a centralidade da escrita, pois a tecnologia digital depende totalmente dela.

O acesso às tecnologias de comunicação e informação, a produção de conteúdos, a melhoria da infraestrutura informacional (composta de bibliotecas infantis, escolares, públicas, especializadas e universitárias), a aplicação de metodologias de competência em informação e a compreensão de que a inclusão na sociedade da informação tem um grande significado na melhoria da qualidade de vida, são questões que se apresentam relevantes na formulação de políticas públicas para a sociedade.

O acesso à informação na nova era depende de investimentos adequados para a diminuição das desigualdades sociais e das formas de dominação que foram dominantes na história contemporânea.

### ***Considerações finais***

Atualmente são diversos os fatores que interferem no acesso às informações, citando exemplos como a ausência de políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas, o alto custo dos materiais impressos, as taxas ainda expressivas do analfabetismo e do analfabetismo funcional, a baixa qualidade do ensino, e ainda, o difícil acesso às bibliotecas para aqueles que vivem longe dos centros urbanos.

Desde que surgiram as primeiras formas de livro na Suméria, o homem empreendeu uma verdadeira saga que reduziria em cinzas um número incalculável de obras e bibliotecas. Medo, ódio, soberba, intolerância e sede de poder são alguns dos fatores que motivaram os biblioclastas, cuja intenção na verdade nunca foi simplesmente destruir o objeto em si, mas o que este representa: o vínculo com a memória, o patrimônio de ideias da civilização, a disseminação de informações para a construção do conhecimento e desenvolvimento social.

Com o avanço das TIC, novas formas de construção de sentido modificaram os processos de relacionamentos, de ensino/aprendizagem em todos os âmbitos, conduzindo as populações a uma cultura eletrônica. A transformação mais dramática do livro, que já não necessita do formato códice com tinta em papel, deve-se ao surgimento do livro eletrônico, cujo texto pode ser apropriado na tela de um computador, num *smartphone* ou num leitor de livros eletrônicos.

Na evolução dos suportes da palavra escrita, as bibliotecas brasileiras em geral (públicas, escolares, especializadas, universitárias) pouco contribuíram, e atualmente são raras as que se prestam para a democratização do acesso às informações, haja vista a realidade que esses equipamentos culturais e informacionais apresentam. Acredita-se que a partir do acesso às informações em qualquer suporte e linguagem, os sujeitos possam atingir o desenvolvimento em vários âmbitos sociais, como o científico e de modo mais amplo, o cultural.

As bibliotecas em geral, embora com pouca expressão quantitativa entre com acesso à tecnologia, são tomadas como potenciais organizações para a construção de estratégias de uso da *internet* para o desenvolvimento socioeconômico no Brasil.

Identifica-se que todos os suportes (físicos e digitais) e as demais linguagens informacionais (artísticas, textuais, não verbais) podem intensificar a integração das comunidades envolvidas em atividades de mediação de leitura; construção de novas práticas combinando a palavra escrita e a digital para a melhoria da qualidade de vida.

### ***Referências bibliográficas***

**ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de**  
2009 Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. Brasília. 2: 1 (jan./dez.2009) 89-103.

**BÁEZ, F.**

2006 *História universal da destruição dos livros: das tábuas suméricas à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

**BARBIER, F.**

2008 *História do livro*. São Paulo: Paulistana, 2008.

**BELLUZZO, R. C. B.**

2007 *Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação*. 2ª ed. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

**CAMPELLO, B.**

2003 O Movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. *Ciência da Informação*. Brasília. 32:3 (set./dez. 2003) 28-37.

**CAREGNATO, S. E.**

2000 O Desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. *Revista de Biblioteconomia & Comunicação*. Porto Alegre. 8 (jan./dez. 2000) 47-55.

**CASTELLS, M.**

2003 *A Sociedade em rede. Vol. 1 - A Era da informação: economia, sociedade e cultura*. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

**CHARTIER, R.**

1999 *A Aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1999.

**COELHO, T.**

2012 *Dicionário crítico de política cultural*. 2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

**DARNTON, R.**

2010 *A Questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

**DUDZIAK, E. A.**

2003 A Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*. Brasília. 2:1 (jan./abr. 2003) 23-35.

**ESCARPIT, R.**

1976 *A Revolução do livro*. Rio de Janeiro: FGC/INL, 1976.

**FUNDAÇÃO PENSAMENTO DIGITAL**

2013 *Uso das tecnologias da informação e comunicação em bibliotecas públicas no Brasil: estudo sobre uso de tecnologias da informação e comunicação em bibliotecas públicas do Brasil: relatório de pesquisa*. [Em linha]. 2013. [Consult. 17 fev. 2014]. Disponível em: <http://snbp.bn.br/wp-content/arquivos/2012/12/Use-de-tecnologias-da-informa%C3%A7%C3%A3o-e-comunica%C3%A7%C3%A3o-em-bibliotecas-p%C3%BAblicas-no-Brasil.pdf>.

**GUEDES, F.**

2001 *O Livro como tema: história, cultura, indústria*. [S. l.]: Verbo, 2001.

**LOGAN, R. K.**

2012 *Que é informação?: a propagação da organização na biosfera, na simbologosfera, na tecnosfera e na econosfera*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2012.

**MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C.**

2010 *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

**MARTINS, W.**

2001 *A Palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

**MILANESI, L.**

1998 *O Que é biblioteca*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

**OLINTO, G.**

2010 Bibliotecas públicas e uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social. *InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação*. Ribeirão Preto. 1: 1 (2010) 77-93.

**ORLANDI, E. P.**

2005 *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 6ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

**RECK, J. C. S.**

2010 Bibliotecas digitais acessíveis: promovendo o acesso à informação com recursos da informática. 2010.  
Trabalho de conclusão de curso na Graduação em Ciência da Computação, da Universidade Federal do Pampa, Campus Tecnológico de Alegrete, 2010.

**SILVA, E. T.**

2003 *A Produção da leitura na escola: pesquisas x propostas*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

**SOARES, M.**

2002 Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação e Sociedade*. Campinas. 23:81 (dez. 2002) 143-160.

**SUAIDEN, E. J.**

[s. d.] *A Alfabetização informativa e a inclusão na sociedade da informação*. [Em linha]. [Consult. 25 fev. 2014]. Disponível em:  
[http://iibi.unam.mx/publicaciones/19/tendencias\\_alfabetiacion\\_informativa-a%20alfabetizacao%20informatica%20e%20a%20inclusao%20-%20emir%20jose%20suaiden.html](http://iibi.unam.mx/publicaciones/19/tendencias_alfabetiacion_informativa-a%20alfabetizacao%20informatica%20e%20a%20inclusao%20-%20emir%20jose%20suaiden.html).

**SUAIDEN, E. J.**

2000 A Biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ciência da Informação*. Brasília. 29:2 (maio/ago. 2000) 52-60.

**TARGINO, M.**

2010 A Biblioteca do século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas? *Informação e Sociedade: estudos*. João Pessoa. 20:1 (jan./abr. 2010) 39-48.

**UNESCO**

2012 *Relatório de monitoramento global de educação para todos 2012/4: Relatório conciso*. [Em linha]. [Consult. 5 abr. 2014]. Disponível em:  
[www.unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654por.pdf](http://www.unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654por.pdf).

**ZILBERMAN, R.**

1994 *A Literatura infantil na escola*. 8ª ed. São Paulo: Global, 1994.

**Alessandro Rasteli | [alessandrorasteli@yahoo.com.br](mailto:alessandrorasteli@yahoo.com.br)**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil